

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2014:** *Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva**, **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira** e **Dra. Inês Dias Lamego**.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo **Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos**.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== *Não estiveram presentes na reunião os Vereadores **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques** e **Helder Martinho Valente Simões**, por se encontrarem de férias, faltas essas consideradas justificadas. O Vereador **Helder Martinho Valente Simões** foi substituído pela Vereadora **Dra. Inês Dias Lamego**.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Bom dia a todos, já tivemos a oportunidade de em plena rua nos cumprimentarmos e de percebermos que todos tinham passado umas boas férias ou gozado umas boas férias. E, portanto, cá estamos de regresso às nossas funções e vamos dar início a esta reunião. Esta reunião é ordinária, é a última do mês e, portanto, é pública. Eu também queria fazer uma intervenção no período de antes da ordem do dia, só para registar e ficar em ata, ou seja, propor um voto de pesar pelo falecimento do Senhor **Narciso Pinho**, ex-presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes. No desempenho das suas funções públicas, no exercício das funções de Presidente de Junta e Autarca, julgo que é importante também nós podermos aqui registar em sede de reunião de Executivo esse mesmo falecimento e, portanto, se estivessem de acordo aprovávamos um voto de pesar e dávamos nota à família disso mesmo. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador **Dr. Manuel Alberto Pereira** que disse: Bom dia a todos, espero que todos tenham tido umas boas férias e que venhamos com uma força redobrada para trabalhar. Senhor Presidente são coisas rápidas. Uma das questões tem a ver com um processo que nós já aqui abordamos e que tem a ver com a limitação que está ou que estava, não sei se está, ou não,*

e se já foi executada a ordem municipal de demolição do muro que foi construído junto à mini-hídrica de Ossela. Como é que está esta situação, se já foi demolido ou se não foi demolido. Saber neste momento como é que estão as coisas, uma vez que essa infraestrutura limita o acesso a essa zona e é uma zona de área de veraneio e, portanto, era saber exatamente em que pé é que estamos com essa situação. Uma outra situação, já agora e uma vez que estamos na altura do verão, percebeu-se que este ano nós não vamos ter as Margens do Caima de acordo com aquilo que nós gostaríamos de ter. Aquela zona continua a ter dificuldades. Bem sei e todos sabemos, falamos disso várias vezes, houve situações de temporal que levaram aquela zona a ter alguns problemas mas, Senhor Presidente, sabemos que há coisas que não tem a ver com o temporal e sabemos também que passou mais de um ano sobre o temporal. Portanto, há aqui matéria que nós gostaríamos de ver ultrapassada, penso que todos. Senhor Presidente, como é que está esse dossier, afinal nós pedimos um levantamento, se foi feito esse levantamento, podemos conhece-lo? Quando é que serão feitas as intervenções? Vai-se iniciar o inverno, vamos fazê-las agora? Vamos fazê-las depois? Para quando é que está calendarizado isso? De facto aquela zona, ao contrário de outras zonas, designadamente o Parque Temático Molinológico, é uma zona que de facto deixa boas impressões quando nós a visitamos. É uma zona agradável, uma zona que tem além das infraestruturas aspetos paisagísticos de natureza que são de preservar e nos deixa ficar muito bem na fotografia quando somos visitados particularmente por pessoas que se deslocam ao nosso concelho para ver alguns dos aspetos intrínsecos que nós possuímos. Saber exatamente em que pé é que está este dossier. Um outro aspeto tem a ver com requerimentos que foram entregues aqui, relativos à municipalização da educação “Aproximar a Educação”. Senhor Presidente, na última reunião disse que não estava preparado para dar resposta a esta questão, o Senhor Vereador Isidro Figueiredo também não estava cá. Não tivemos acesso à documentação relativa ao nosso município, claro que nós temos a documentação que foi entregue a outros municípios, mas não temos a do nosso município. E esta matéria para um município que diz, e bem e tem demonstrado isso de certa forma embora na prática não revele esses aspetos, que a educação está no centro das nossas atenções, mas também deve estar no centro da discussão, da empatia, da divulgação, da abertura ao debate e isso é feito noutros municípios. De facto o nosso município tem sido um pouco a cultura da ocultação, a cultura da surpresa. Não tem sentido numa matéria destas nós fazermos este tipo de gestão de um dossier que é muito importante. Nem sequer vou pôr aqui em causa se é importante, ou não é importante o “Aproximar a Educação”. Não vou fazer esse juízo aqui, tenho as minhas opiniões e gostaria de as debater no local certo. Senhor Presidente, acho que está na hora de envolver a sociedade, quer os parceiros, quer os atores políticos que fazem parte dos representantes do povo, para nós podermos, se depois assim o entendermos, tomar uma decisão. Ocultar, não é divulgar. Não é do meu ponto de vista, do nosso ponto de vista, naturalmente, a melhor estratégia para nós conseguirmos ter depois uma decisão que seja boa, num sentido ou noutro. Já agora sobre a questão também do requerimento havia uma questão sobre os transportes de Ul. Eu não sei se o Senhor Vereador Isidro Figueiredo, ou o Senhor

Presidente, poderá dar alguma informação sobre o encaminhamento que foi dado a esse requerimento no sentido de se discutir, aliás na sequência de um pedido do Senhor Vereador Isidro Figueiredo para nós fazermos um requerimento por escrito para ser debatida esta questão do transporte das crianças, não de Ul, mas de todas as crianças que estão no pré-escolar e, portanto, precisam do transporte. Finalmente, uma questão que também já foi aqui debatida: Senhor Presidente, passou um ano, cerca de um ano, sobre várias intervenções que foram feitas no nosso concelho, nas redes viárias e o Senhor Presidente comprometeu-se a apresentar um relatório sobre os custos envolvidos nessas intervenções. Algumas delas bem sabemos que não estão concluídas, mas de qualquer modo era uma informação que nós gostaríamos de possuir. Senhor Presidente, saber exatamente quando é que nós temos acesso a esses documentos e a essa informação que é relevante, uma vez que algumas dessas intervenções, como sabemos, também foram alvo depois de novas requalificações, digamos assim, por motivos óbvios que nós já aqui discutimos. Era tudo Senhor Presidente. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que disse: Bom dia a todos. Eu gostava de começar por enaltecer e destacar as nossas Festas da Cidade, que se realizaram durante o mês de agosto, as Festas de La-Salette, que este ano se realizaram no novo espaço requalificado. Tiveram um cartaz lúdico novo virado também para várias gerações, com a preocupação de trazer mais gente ao Parque de La-Salette e que tiveram a adesão de muitos Oliveirenses e não só. Estas Festas, mais uma vez, honraram a história das Festas de La-Salette, o culto da Nossa Senhora da La-Salette e a história do Parque. Queria aproveitar este momento também para fazer um agradecimento à Comissão de Festas por todo o trabalho realizado, voluntarioso, e a todos os Oliveirenses que participaram e engrandeceram as mesmas. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Bom dia a todos. Algumas questões muito breves. Uma delas, naturalmente que nos associamos ao registo deixado pelo Dr. Ricardo Tavares em relação às Festa de La-Salette. Efetivamente as Festas de La-Salette decorreram bem, num parque renovado, independentemente da bondade e qualidade de algumas das soluções adotadas, é um parque renovado e naturalmente com melhores condições do que as existentes anteriormente. Em relação ao programa, nós todos vínhamos a alguns anos a esta parte alertando para a necessidade de introduzir inovação constante nos programas para não corrermos o risco da Festa adormecer e esmorecer, digamos, banalizando-se e tornando-se num evento que não tem a capacidade de atrair novos públicos. E, portanto, é com todo o agrado que saudamos o programa intergeracional que permite trazer para o Parque pais, filhos, netos e, de certa forma, garantir que as nossas tradições vão continuar bem vivas. Associamo-nos também obviamente a esses votos, essas felicitações feitas à Comissão de Festas e estendemos também aos Oliveirenses porque é graças a eles que nós mantemos vivas as nossas tradições e temos este registo histórico importante de um Parque que sempre esteve ligado à nossa história. Uma outra questão muito breve, que tem a ver com a requalificação da Feira dos Onze, perceber quando é que essa requalificação vai avançar. Tínhamos informação de que brevemente ela avançaria. O

verão, que é a altura normalmente mais adequada para fazer aquele tipo de intervenção, está a chegar ao fim e digamos que a intervenção ainda não conheceu os primeiros passos e seria importante que aquele espaço tivesse a requalificação que para lá está prevista. Outra questão, dirigida mais diretamente ao colega Isidro Figueiredo, tem a ver com a Escola do Brejo, em S. Martinho da Gândara. É um processo que ele está a acompanhar e que tem a ver a passagem dos alunos de uma turma da primeira classe, julgo que são quinze ou dezasseis alunos, integrando-os em turmas da segunda e terceira classe. Objetivamente aquilo que eu tenho para dizer sobre isso é que eu sou, pessoalmente, contra esse tipo de solução, mas respeito quem acha que essa é que é uma solução. Eu acho que cada ano letivo deve ser dado com os cuidados, com a atenção e com as especificidades de cada ano letivo e não devemos pegar em crianças da primeira classe e misturá-las com alunos da segunda e terceira classe que têm, naturalmente, uma idade e níveis de desenvolvimento diferentes. E, portanto, o apelo é no sentido de que o Senhor Vereador esgote todas as soluções no sentido de manter a turma em funcionamento até porque o número de alunos, em nossa opinião, o justifica. Uma outra situação, Senhor Presidente, é saber se a Indagua já indicou o nome do elemento para integrar a Comissão de Acompanhamento, porque estamos numa clara violação do caderno de Encargos e esta é uma situação que obviamente interessa ao Executivo rapidamente debelar, apesar que essa rapidez já foi claramente ultrapassada por estes oito meses de vigência da concessão sem que essa Comissão de Acompanhamento faça o seu papel que é exatamente perceber se a empresa, se o privado, está a fazer os investimentos que se comprometeu a fazer. Mais um assunto que é recorrente, tem a ver com a falta de efetivos da GNR. Falamos aqui já do Posto de Cesar e desta vez estamos a falar de Cucujães. A questão dos efetivos é uma questão que é importante, percebemos que é uma questão que diz diretamente respeito às populações, é uma questão à qual as populações prestam uma determinada atenção. Mas também as obras de requalificação nos quartéis devem merecer um apoio e uma atenção especial da nossa parte. Eu não estou a dizer que essa atenção não está a ser tida em conta, mas é importante que nós façamos alguma coisa pelos dois quartéis, porque obviamente são dois equipamentos públicos que não têm a qualidade e a dignidade que o concelho de Oliveira de Azeméis e os Oliveirenses merecem. E, portanto, da nossa parte, aquilo que nós poderemos fazer vamos fazê-lo, vamos mais uma vez utilizar os Deputados do Partido Socialista eleitos pelo distrito de Aveiro, para recorrer ao expediente tradicional de interpelação à tutela. Ao nível local, manifestamo-nos totalmente disponíveis para encontrarmos em conjunto as soluções que permitam também fazer pressão junto da tutela, porque é isso que temos de fazer numa primeira fase e depois, numa segunda fase, obviamente havendo disponibilidade da tutela para agir, encontrarmos em parceria e em conjunto, como temos feito em várias áreas, as soluções que permitam dotar aquele espaço com qualidade para que os militares possam exercer com dignidade a sua função. Uma outra nota, também julgo que dirigida ao colega Isidro Figueiredo, tem a ver com a lista de edifícios públicos que foi publicada, com amianto. Nessa lista, obviamente, e já sabíamos, não é novidade, não fomos colhidos de surpresa, encontram-se algumas escolas do nosso concelho.

Seria importante percebermos se a Autarquia tem informações sobre o nível de perigosidade das situações que temos e que estão elencadas neste relatório. Se existe no caso de algumas deles serem de alguma gravidade, formas de atenuar ou de adotar algumas medidas de prevenção antes da remoção, digamos, definitiva do problema. Se existem já datas previstas para a intervenção, ou seja, no caso das escolas do concelho, obviamente que me estou a referir às escolas do concelho, se existe alguma perspetiva de esses problemas serem sanados. Uma outra questão, Senhor Presidente, também recorrente, saber como é que estão os acordos de execução com as Juntas de Freguesia, os Contratos Interadministrativos, porque temos visto os prazos a serem sucessivamente adiados. Perceber se as Juntas de Freguesia que ainda não tinham entregue o seu relatório, que ainda não tinham cumprido com a sua parte, se já o fizeram. Porquê? Porque está mais do que na altura de nós definirmos os critérios para fazer a contratualização e está mais do que na altura de nós traduzirmos esses critérios no Orçamento que já estamos a preparar para 2015 e, portanto, perceber, como é que está. O Senhor Vereador Ricardo Tavares tinha dito que até junho, final de julho, teríamos este plano resolvido e convinha mesmo resolver: ou sim, ou sopas. Convinha mesmo resolver definitivamente porque, Senhor Presidente, estamos claramente a faltar com as Juntas de Freguesia que fizeram esse trabalho e essas não podem ser prejudicadas pelas outras que ou não reconhecem a importância de fazer esse trabalho, ou não têm tido disponibilidade para o fazer, ou não têm eventualmente capacidade para o fazer mas aí a Autarquia com certeza que poderá dar uma ajuda no sentido de ultrapassarmos isto. Uma outra questão, eu não sabia, mas vou apresentá-la na mesma, que o colega Pedro Marques não estaria presente, tem a ver com a UAC, eu de qualquer maneira coloco a questão, depois responderá na próxima reunião. Tem a ver exatamente com a necessidade de nós sabermos qual é o ponto de situação. Eu fiquei aqui a ouvir a resposta que foi dada e que suponho tinha a ver com duas candidaturas, duas candidaturas que estariam em fase de decisão. Essas duas candidaturas determinariam se a UAC teria um passivo tão expressivo como tem, ou se não teria passivo rigorosamente nenhum. O que eu queria perceber é que candidaturas são essas. Todas as candidaturas, todas elas, têm um prazo, têm um término. Gostaria de perceber quando é que terminaram essas candidaturas, que tipo de decisão e de que estâncias é que estamos a aguardar decisão, no sentido de percebermos. Porquê? Porque tivemos aí um fornecedor, por ventura um fornecedor que tem os créditos mais substanciais na UAC. Mas perceber se efetivamente teremos alguma possibilidade, ou não, de ver essas candidaturas chegar a bom termo, ou se temos efetivamente de começar a pensar em resolver esse problema de débito da UAC. E pronto, objetivamente, era isto. Muito obrigado. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Muito bom dia a todos. Começava por referir dois eventos que vão ocorrer brevemente. O primeiro, neste próximo fim-de-semana, com início na sexta-feira, é a XIII Concentração Motard, que vai decorrer no Parque da La-Salette e que reúne várias centenas de pessoas que gostam desta modalidade e que vão animar o espaço renovado da Parque de La-Salette com um conjunto de atividades e para o qual todos estarão convidados. No fim-de-semana de 13 e 14 de setembro,

decorre o evento pelo segundo ano consecutivo “Há Festa na Aldeia” e como sabem desenvolve-se também noutras aldeias de Portugal. Tem a colaboração de várias parcerias entre as quais a ADRITEM, a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia que estão envolvidas no Parque Temático Molinológico e um conjunto também de particulares e empresas, que nesse fim-de-semana convergem para esse evento que já teve a primeira edição no ano passado e que este ano decorre mais uma vez em Ul e que tem um conjunto de atividades que estão a ser divulgadas e que vão ser divulgadas envolvendo naturalmente desde a animação musical, desde a participação de locais, etc. E, portanto, chamo particularmente a vossa atenção para este evento que vai decorrer nesse fim-de-semana de 13 e 14 de setembro. Já agora, se me é permitido, eu posso responder a algumas questões que foram colocadas e que prontamente poderei responder. Em primeiro lugar, em relação ao Senhor Vereador Manuel Alberto, dizer-lhe que estão a ser preparadas as respostas aos requerimentos e brevemente terá essas respostas. Relativamente à questão da EB 1 do Brejo, é de facto um assunto que estou a acompanhar, sei que esta escola perde uma sala, uma turma, por força da divisão dos alunos do primeiro ano e nós temos sempre com um problema subjacente a tudo isto, é que há mais uma vez o registo do número de alunos que vai decrescendo no nosso Município e S. Martinho da Gândara é um dos casos. Mas estamos a tentar de alguma forma sensibilizar quem decide sobre esta matéria, que é a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, para as vantagens que há no sentido de se manter as quatro salas em funcionamento. Não vai ser fácil. Esta é uma das questões que, aqui já se falou de municipalização da educação ou da descentralização de competências que seria o termo mais correto deste assunto, em vez de estarmos à espera que Lisboa ou Porto decida sobre esta matéria acho que poderíamos ter competência para o fazer. Embora temos sempre uma questão de fundo que é a diminuição do número de alunos e que este ano resulta neste número mas para o ano ainda pode agravar mais. E, portanto, esta questão das três salas, em vez de quatro. Ainda que este ano possamos conseguir eventualmente que se mantenham quatro níveis diferentes, poderemos estar a falar outra vez deste mesmo problema no próximo ano. Mas, de qualquer maneira, eu tenho conhecimento, estou a acompanhar o assunto com o Senhor Diretor do Agrupamento Prof. Vasco Vaz e com o Presidente de Junta que também se disponibilizou, inclusivamente, para fazer parte da solução, aliás ele disponibilizou-se inclusivamente para ir connosco à Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para tratarmos deste assunto e tentarmos inverter esta decisão que, como disse, não é nossa, é da DGEstE. Relativamente à questão do amianto nos edifícios escolares, também é um assunto que nós temos vindo a acompanhar e que tem dois níveis de intervenção. Por um lado, aquelas escolas que são da nossa área de intervenção, da nossa competência, falamos do Pré-escolar e do 1º Ciclo; e, depois as outras que são ainda do Ministério da Educação, como sejam, as Escolas EB 2,3 ou EBS. No que diz respeito à nossa área de intervenção, tenho conhecimento que nós temos sinalizado dois pontos, duas escolas que tinha este problema agravado. Um deles é o Jardim de Infância de Alumieira e de acordo com o compromisso que assumimos com a Junta de Freguesia e com os pais de que o próximo ano letivo, a partir de setembro, este edifício

onde funcionava o Jardim de Infância não iria funcionar, fazendo nós as obras de adaptação da escola de Alumieira para que os alunos transitem para esta escola. Se, por ventura, passarem em Alumieira já se apercebem que há lá obras de requalificação do edifício. Houve intervenção no interior das salas de aulas e também substituição de caixilharia de alumínio porque tínhamos ali problemas graves de caixilharia que estava podre, chovia lá dentro. E, portanto, estamos num processo de requalificação, que vai permitir cumprir com aquilo que nós nos comprometemos que é a partir de setembro o Jardim de Infância passar completamente para a Escola EBI da Alumieira, que passa a ser EB1JI e os alunos mais velhos do 1º Ciclo, passam para a EB 2,3 de Loureiro porque esta tem capacidade de acolhimento e boas condições para que os alunos lá possam ter a sua componente letiva. A outra escola também sinalizada é o JI de Pindelo, também se vai proceder de igual forma passando os alunos para a EBI de Pindelo, ficando o JI de Pindelo sem qualquer tipo de atividade letiva. Já agora e a este propósito, estas notícias correm, já há pelo menos duas associações que manifestaram interesse em ficarem com estas instalações para lá instalarem a sua sede, provavelmente também procedendo a algumas melhorias nas instalações. Mas, de qualquer maneira, do ponto de vista da instalação dos alunos, estes dois problemas estão resolvidos ou em vias de se resolver uma vez que temos alguns dias até ao início das aulas e estará em condições de podermos desenvolver as atividades letivas nas devidas condições. Já agora, vale a pena também acrescentar o seguinte: Tanto num caso como no outro nós contratamos uma empresa especializada na matéria que fez a avaliação, que fez testes de avaliação relativamente ao grau de perigosidade do amianto naqueles dois locais e nos dois locais tivemos registos perfeitamente admissíveis, portanto, abaixo daquilo que são os valores máximos. Portanto, mesmo assim e apesar destas medições, nós decidimos fazer estas transferências procedendo naturalmente às obras de adaptação. E creio que respondi aquilo que era as questões que me foram colocadas. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Inês Lamego que disse: Então, muito bom dia a todos, mais uma vez. As questões que tenho são também elas muito rápidas. Em primeiro lugar, a propósito das comemorações dos 500 anos da atribuição do Foral de Figueiredo e Bemposta, nós queríamos saudar a Autarquia, a Junta de Freguesia, as associações e todos os cidadãos que tão generosamente se envolveram nestas comemorações de atribuição do Foral Manuelino, pela qualidade das mesmas, nomeadamente a realização da “Feira Quinhentista.” E a este propósito, queríamos lembrar que há uns anos o GAT fez um estudo daquele espaço onde foram inclusive realizadas algumas intervenções e apesar disso esse espaço não tem sido desde então devidamente potenciado. Entendemos que estas comemorações devido à dimensão que tiveram seria uma boa oportunidade para agarrarmos essas intervenções que foram feitas e dinamizar esse espaço, esse edificado histórico único que temos neste concelho. Depois, uma segunda questão que queríamos colocar era acerca do Cartão do Idoso. Na sua modalidade Azeméis é Social, no seu Artigo 9º, alínea c), previa e prevê, segundo consta do site desta Câmara Municipal, uma redução de 50% nos consumos de água para uso doméstico e uma redução de 50% nas tarifas domésticas de saneamento. Nós gostávamos de saber se com a concessão dos

serviços à Indagua, esta situação foi ou não acautelada pelo Município. E depois uma questão muito breve: Saber se existe algum planeamento acerca das comemorações do Dia do Bombeiro. E era só. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Uma questão que se prende com o Ambiente. Tem a ver com o loteamento, em Cucujães, que confronta com a Rua Professor Leão (mesmo junto à GNR) e com a Banda da Música, que está neste momento com um silvado já com alguns metros. Durante algum tempo foi só um silvado, mas tem-se verificado alguns ratos já transitar e a atravessar a rua. Não será difícil encontrar os donos, eu sei que o senhor que iniciou o loteamento faleceu, mas os seus herdeiros acho que já foram habilitados no processo. Portanto, seria importante notificar essa gente para proceder à limpeza daquele loteamento. Neste momento, já ninguém percebe que é um loteamento e já começa a pôr em causa a saúde pública. A segunda questão prende-se, novamente, com questões recorrentes, umas para mim, outras para os meus colegas, mas enquanto nós não virmos as situações esclarecidas e resolvidas não deixaremos de falar nelas. Primeira questão, novamente o muro em Bustelo. Na última intervenção que tivemos aqui o Dr. Ricardo leu um parecer escrito e o Senhor Presidente disse que nos iria enviar até a cópia desse parecer, porque dado a sua extensão não me foi possível de todo apreender tudo que lá estava escrito. De qualquer forma, eu fui consultar o processo e não fiquei nada sensibilizada ao seu argumento para que eu, desta vez, aceitasse uma deliberação conforme os pareceres, fui desafiada para isso, porque todo este licenciamento que já está feito e aprovado desde maio do ano passado está aprovado com pareceres negativos. Os pareceres já iam nesse sentido, do espaço público estar a ser ocupado. Não obstante isso, e não posso deixar de ser irónica, o Dr. Ricardo com um parecer feito à mão, ou com uma decisão feita à mão como é seu timbre nestas coisas, ultrapassou todo o tipo de pareceres e licenciou aquele muro quando tudo apontava para algumas irregularidades. Por isso, nós estamos com o muro licenciado. O particular, como é óbvio, não tem culpa nenhuma, a Câmara deu-lhe luz verde para construir. Temos de decidir o que queremos fazer sobre esta situação, porque da forma como está é que não se pode manter, porque neste momento está um muro construído num espaço público. E sei que agora já tem um parecer que lhe vai permitir escrever uma coisa diferente. Mas isto já começa a ser recorrente e histórico nestas coisas dos licenciamentos com pareceres escritos e decisões escritas. Eu sei que já corre em Bustelo, nomeadamente junto do seu proprietário, que os maledicentes de sempre são os Vereadores do Partido Socialista que andam a colocar questões sobre o muro. Mas acho que a nossa obrigação, de todos, foi para isso que fomos eleitos, de defender o património público, é para isso que aqui estou, por muito que chateie. Sinceramente, neste momento, o particular não tem absolutamente culpa nenhuma, porque lhe foi licenciado. Segunda questão, mais uma reflexão que eu faria sobre a Zona Industrial, que já deixou de ser Zona Industrial em sede de PDM, de Rebordões. Eu ao passar lá percebi que havia uma ampliação da empresa da Aspock. E, questioneei-me, perguntei-me: Então, mas se isto deixou de ser Zona Industrial, efetivamente, como é que os senhores conseguiram licenciar isto? E percebi que foi necessária fazer aqui uma construção jurídica muito criativa, com a qual eu tenho de concordar, porque,

efetivamente parecia-me uma violência não se poder ampliar uma empresa, que se construiu numa zona que era uma zona industrial, que nunca pensou se ver limitada na sua ampliação. Isto tudo para dizer o seguinte: Não tenho nada contra o licenciamento da ampliação, pelo contrário, o que eu tenho contra foi aquilo que nós já chamamos à atenção aquando da aprovação do PDM de que aquela Zona Industrial nunca devia ter desaparecido do PDM e, hoje, somos obrigados a licenciar espaços dizendo que, não obstante não estar na letra da lei, está no espírito do PDM. Mas não estava no espírito e devia estar na letra. E isto só vem demonstrar o erro que foi retirar aquela zona como Zona Industrial. Espero que tenha ficado a reflexão que efetivamente foi uma asneira e ainda hoje estou por saber o que é que fez em sede de reclamação desaparecer a Zona Industrial. Disseram que tinha sido um conjunto de moradores que reclamaram. Realmente, temos de invocar o espírito da lei pois não temos outra forma, mas não foi por falta de alerta que era um disparate retirar dali a Zona Industrial. Também foi feita uma denúncia cá na Câmara sobre a construção de um muro em Cucujães, que ao que parece foi feito em terreno da Junta de Freguesia. Tenho a ideia que deve ter ido lá alguém da fiscalização. Não sei se o Dr. Ricardo saberá em fase é que isso está. Ali por detrás da escola, na Rua Ferreira de Castro, por detrás da Escola Ferreira da Silva. Eu nem sabia que aquilo era da Junta. Há ali uns, trezentos, quatrocentos metros de terreno e de uma hora para a outra apareceu lá um senhor a construir. Não sei o que pretende lá fazer, talvez um espaço para criar galinhas, não dá para muito mais do que isso. Mas seria importante perceber o que ali se passou. Nem houve tempo de embargar a obra, porque quando foi detetado o muro já estava construído. Era só para futuramente tentarmos perceber o que é que ali se passou. Obrigado. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: O tema que me trás aqui, neste momento, são as comemorações dos 500 anos do Foral e, nomeadamente, da última atividade que realizamos “Bemposta Manuelina”. Dizer-vos que realmente ultrapassou as nossas expetativas em termos de adesão do público, num primeiro balanço é contabilizado mais de 7000 visitantes ao longo dos três dias de evento, tendo o sábado (dia 16) sido o grande congregador de maior adesão de pessoas. Também em termos de balanço, fica aqui a grande adesão ou o entusiasmo das associações que fizeram parte da organização. Que isto ficasse em ata, o nome das primeiras associações que deram corpo à primeira Bemposta Manuelina: Associação Recreativa e Cultural do Curval; Associação Figueiredo de Rey; Sociedade Musical Harmonia Pinheirense; Desafio D’Arte; Associação de Pais do Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca, (com o doce foral); Grupo Folclórico de Palmaz; Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta; Mercadores (Senhores Porfírio Arede e Manuel Martins); Senhor José Manuel Rica e Senhora Fátima Santos; também juntou-se aqui o Agrupamento de Escolas José Pereira Tavares, com a exposição dos trabalhos alusivos ao tema efetuado pelos seus alunos; e, também aos grupos de animação, nomeadamente a AvivArte, CirArte; Trouxa Mouxá e à bailarina da dança do ventre Rita. Isto foram três dias de recriação histórica e penso que com grande potencialidade para criarmos condições para uma dinâmica mais importante e mais efetiva naquele conjunto arquitetónico de excelência que temos no nosso

Município. Queria também referir que aquando da entrega dos certificados de participação todas as associações foram unânimes a dizer que devia ser repetido o evento. A Comissão irá também trabalhar, estudar, analisar todos esses argumentos e todas as condições, no sentido de depois também tomarmos a melhor decisão para futuras edições, se assim for entendido. Basicamente era isto que eu vos queria dizer. Fica a lembrança da Medalha Comemorativa dos 500 Anos. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu: Registo que ninguém tenha manifestado solidariedade com o Senhor Presidente da Câmara e com o Senhor Presidente da Junta, que no Foral tiveram que estar ataviados à Moda Antiga e aquilo era um calor insuportável. Mas, pronto, fica registado que Vossas Excelências não dão importância a esses sacrifícios. É um conjunto de muitas perguntas e vamos tentar ser sintéticos nas respostas para não estender muito aqui a nossa reunião. As questões colocadas pelo Senhor Manuel Alberto Pereira e eu peço aqui se disser alguma coisa que não seja correta ou que esteja ultrapassada, porque este período é o período mais complicado, estão uns, saem outros, entram outros, às vezes há documentos que nos escapam nos processos, mas relativamente à questão que colocou sobre o muro e a demolição, nós fomos notificados pelo Tribunal na véspera, a horas pouco decentes, já passava das cinco horas, a impedir a demolição do muro. E, portanto, tínhamos já pedido à GNR para estar presente, porque há sempre problemas quando se está a fazer essas demolições, tínhamos até já uma máquina contratada e o serviço e chegou uma providência cautelar. Desde a providência cautelar até hoje ainda não houve desenvolvimentos. O Vereador Dr. Ricardo Tavares acrescentou: Entretanto durante o mês de agosto veio a decisão da providência cautelar que manteve o nosso direito da demolição. O Vereador Dr. Manuel Alberto questionou: Depois desta questão, não sou jurista, há algum recurso que seja hierárquico para outra instância que seja impeditivo da execução da obra? O Vereador Dr. Ricardo Tavares respondeu: Os recursos são sempre possíveis até ao Tribunal Constitucional, mas até agora não tivemos conhecimento de mais nada. Quanto à questão das Margens do Caima, o levantamento está feito, houve uma situação de propostas de intervenção com diferentes soluções e aqui a opção da Câmara Municipal não é aquela que for menos dispendiosa, é aquela que for a mais eficaz e que provocar menos danos. Estamos a falar da reposição de um talude, temos neste momento em cima da mesa duas soluções técnicas, ou a máquina poder intervir no local e a máquina ir para o local com umas rampas, chamadas rampas militares, que os militares têm, o Regimento de Engenharia de Espinho tem, portanto a máquina pode passar por aquelas rampas sem estragar muito, estraga sempre alguma coisa; ou, então, a obra ser feita com uma grua, que fica muito cara, que tem que ser colocada muito longe e tem que ter uma lança muito grande. Estou a falar da reposição do talude, aquele talude que cedeu com a água. Se a intervenção for minimalista, porque ali mete muita água, ela pode voltar a acontecer e portanto a ideia é que ela não volte a acontecer. Mas independentemente da dificuldade e do grau da dificuldade da questão técnica, dizer que a intervenção vai avançar e essa é uma das matérias também que vai estar em cima da mesa. E já respondendo também ao Eng.º Joaquim Jorge, na questão dos contratos de execução com as Juntas de Freguesia, nós não podemos de forma alguma estar,

naquilo que for a cedência de espaços, a dar responsabilidades ou transferir competências para as juntas de freguesia, não podemos estar a dar presentes envenenados, ou seja, não podemos estar a dar coisas que não estejam em condições, caso contrário as Juntas de Freguesia ficam com graves problemas, portanto, a solução não é essa. É uma das matérias que está em cima da mesa com a União das Freguesias para podermos naturalmente encontrar solução. Dizer-lhe que o levantamento está feito, a intervenção vai ter início muito em breve. E depois com uma diferença, Senhor Vereador Manuel Alberto, e era este compromisso que eu também queria deixar aqui e dizer já aqui em Reunião de Câmara, porque isso vai acontecer: termos a alocação de recursos humanos para a manutenção do espaço permanente. Às vezes as pessoas dizem basta passar uma vez por semana. Não basta, tem de estar ali gente todos os dias. E isso vai também acontecer e por isso queria-lhe dar essa garantia, muito em breve a situação será essa. Quanto à questão da educação que o Senhor Vereador colocou, o Professor Isidro Figueiredo já disse que está a preparar a documentação para entregar. Mas queria só dar nota, aliás isso foi um assunto que foi bastante discutido numa reunião em que eu não estive presente, a reunião foi presidida pelo Senhor Vice-presidente Ricardo Tavares, mas para vos dizer o seguinte: nós, enquanto Município de Oliveira de Azeméis, e sei que aconteceu o mesmo com os outros municípios que estavam a trabalhar com o Ministério da Educação e com a Secretaria de Estado da Administração Local, desde essa data até hoje, nós não recebemos mais nenhuma informação. Aquilo que nós fizemos foi: reunimos com os Professores, com os Diretores dos Agrupamentos e com os Presidentes dos Conselhos Gerais; reunimos com a FAPCOA e as Associações de Pais das Escolas; reunimos com os Presidentes de Junta; discutimos também aqui a matéria em Reunião de Câmara. E, portanto, desde essa data até hoje, não há mais nenhuma comunicação, nem para a frente, nem para trás, nem mais dúvidas, nem menos dúvidas, nem mais avanços, nem menos recuos. Chamo atenção: Aliás, foi uma conversa que eu tive com o Senhor Vereador Isidro Figueiredo de que nós não íamos estar à espera que viesse isto ou que viesse aquilo, nós íamos fazer o nosso trabalho para que, como tem acontecido até ao momento, o início do ano escolar decorra sem sobressaltos e decorra bem, dentro daquilo que são as nossas competências. Senão podíamos estar à espera e daqui a bocado andamos todos aqui a correr. Logo que haja alguma novidade, seguramente que em sede deste órgão nós falaremos sobre a matéria. Queria dar essa nota que não houve ainda nenhum desenvolvimento desde essa data e, portanto, o processo está parado. Sinceramente, não tenho nenhuma explicação objetiva para a questão. Sobre a questão das intervenções na rede viária, eu até pensei que o Senhor Vereador ia falar nas passadeiras, porque não está concluída a reposição das passadeiras em todos os sítios. É uma matéria que tem vindo a ser paulatinamente feito, não ao ritmo que nós desejávamos. E temos uma preocupação muito grande, que aliás foi fruto de uma reunião com a GNR, que é a reposição, é uma coisa que até acho que foi o Senhor Vereador Manuel Alberto que também aqui já falou, das marcas no pavimento na Via do Nordeste, nomeadamente da rotunda de Pindelo até à rotunda de Nogueira do Cravo, que é um sítio que não tem iluminação pública. É de noite, mesmo de noite e a própria GNR já nos pediu

ajuda para isso. Portanto, nós também vamos muito em breve resolver essa situação. O Senhor Vice-presidente e o Senhor Vereador Joaquim Jorge falaram na questão das Festas de La-Salette e logicamente que nos congratulamos com a normal realização das Festas. E, portanto, é verdade que temos de agradecer aos Oliveirenses e naturalmente também à Comissão de Festas o trabalho que faz. Num Parque renovado. Só para dar nota: A obra ainda não foi entregue do ponto de vista do empreiteiro; nós hoje vamos aprovar mais um auto de medição, decorre também a requalificação da Casa do Mateiro e como vocês sabem é uma obra que está a ser feita por fases; temos o concurso a decorrer para a II Fase do Centro de Interpretação do Vidro e há pequenos ajustamentos e pequenos afinamentos que ainda precisamos de fazer no Parque. É verdade, julgo que o próprio Senhor Vereador Joaquim Jorge disse que uma requalificação tão expressiva tem sempre coisas que uns gostam mais do que outros, naturalmente. Mas o objetivo é, também, não estarmos fechados a pequenas afinações e a sugestões e elas têm chegado à Câmara Municipal. E, portanto, temos de continuar atentos e ainda hoje já falamos, logo de manhã, bem cedo, relativamente a essa matéria. Quanto à questão da requalificação da Feira dos Onze, o projeto está pronto, o primeiro passo está pronto e vamos ver se avançamos com a obra. A questão da Escola do Brejo, já foi resolvida. A Indaqua, vamos ter uma reunião na próxima semana, o Dr. Ricardo Tavares, e isto faz parte da ordem de trabalhos da reunião. Aproveito para dizer que um dos assuntos que vai estar em cima da mesa, julgo que foi a Senhora Vereadora Inês Lamego que colocou a questão do cartão do idoso, não é uma situação que esteja escrita na concessão e, portanto é uma situação que vamos ter de resolver com a Indaqua. Essa é uma preocupação diária da Senhora Vereador Gracinda Leal, que todos os dias me pergunta como é que está isso. É uma das matérias que o Senhor Vice-presidente na reunião de trabalho que vai ter com a Indaqua, na próxima semana, também fará parte da ordem de trabalhos. Quanto à questão da GNR, à falta de efetivos, é uma matéria que eu ao longo dos últimos anos tenho falado sistematicamente, às vezes até nem sou bem compreendido relativamente a essa matéria, porque as pessoas às vezes pensam que quando nós criticamos a falta de efetivos, ou a presença de falta de efetivos, nomeadamente visíveis no terreno, estamos a criticar a GNR. E nem sempre é isso. Naturalmente, nós sabemos perfeitamente, que eles têm poucos efetivos e têm muitas das vezes pouca gente para fazer patrulhas e para estarem no terreno a pé, de carro, de motorizada. E, portanto, foi feito um ajustamento do ponto de vista de mais pessoal aqui para Oliveira de Azeméis, aqui há uns tempos. Posso-lhe dizer Senhor Vereador que eu próprio já tive uma conversa com o Senhor Ministro da Administração Interna no sentido de encontrarmos soluções para requalificarmos os Postos da GNR, não é só de Cucujães e Cesar, porque o de Oliveira de Azeméis já tem problemas, se calhar sempre teve, porque houve ali sempre problemas de infiltrações e outras complicações. Mesmo aquele espaço exterior junto ao nosso centro de saúde, ainda recentemente o Senhor Alferes esteve aqui a falar connosco porque precisa da nossa ajuda para resolvermos lá um problema. Nós temos neste momento um levantamento feito daquilo que são obras a realizar, quer num posto, quer no outro. Em Cucujães, houve também uma situação que passava por poder pensar noutras

instalações, que é uma matéria que também ainda não está totalmente fechada e aí será seguramente também muito importante perceber a relação custos/benefícios: quanto custa, quanto não custa a possível mudança e as possíveis alterações. Como disse, nós estamos muito próximos de assinar um protocolo com o Ministério da Administração Interna para fazer intervenções nas atuais instalações. Mas outra coisa tem a ver com a presença física, com o número de efetivos que nós continuamos a dizer que precisamos mais, não somos nós, são os próprios responsáveis que o estão a fazer. Inclusive, como sabem, em Cesar, dá-se a particularidade de ter sido comprado um terreno numa zona importante de Cesar para a instalação de um Posto da GNR. Eu próprio disse isso ao Senhor Ministro da Administração Interna, nós mantemos essa disponibilidade de ceder o terreno para a construção de um Quartel. Construção de Quartéis que sofreu uma redução do ponto de vista dos investimentos totais, porque a construção agora é mais simples, é mais modelada e o Senhor Ministro não fechou a porta naturalmente. Portanto, nós reafirmamos essa disponibilidade de ceder o terreno que está lá e que foi comprado para esse efeito. A questão do amianto, também está respondida. E a questão da UAC, eu tomei boa e vou questionar o Senhor Vereador Pedro Marques relativamente a essa situação, porque parece-me que há a necessidade de ser esclarecida e para percebermos. Aquelas candidaturas são complexas porque têm parceiros e aquilo demora algum tempo. Mas, naturalmente, elas existem. E, portanto, aquilo que o Senhor Vereador perguntou é um relatório factual, o que é que está pendente, para nós percebermos. A questão, do fornecedor, que colocou, eu julgo que ela só aconteceu por alteração do fornecedor. Para ver se o Senhor Vereador percebe o que é que está aqui em causa, a questão da iluminação, aquilo era pago, não é com um ano de atraso, mas era sempre uma questão de pagar passado um ano quando estava a contratar pagava-se. E nestas matérias é uma área de negócio que eu não sei se é por influência dos chineses, sem ironia, mas é uma área de negócio que hoje consegue-se contratar iluminações a preços que há quatro, cinco anos era absolutamente inimaginável. E, portanto, o que aconteceu foi que nós fomos confrontados com essa situação de haver propostas economicamente mais vantajosas e nós tivemos de mudar de fornecedor. A partir do momento em que nós mudamos de fornecedor e quebrámos esse acordo, digamos, de cavalheiros, o fornecedor imediatamente meteu uma ação para receber, porque é verdade que se devia. Só que era uma situação que era de acordo, não era uma dívida, o pagamento era feito como eu o estava a explicar. Mas as instruções que eu dei ao Senhor Vereador Pedro Marques foi para resolver isso o mais rapidamente possível e se fosse necessário algum adiamento de dinheiro por parte da Câmara Municipal para resolver o problema e depois o processo decorre de outra forma, para lhe fazer essa proposta e nós seguramente que aqui decidiríamos. A razão da não extinção, acho que tem a ver com candidaturas em curso. O Senhor Vereador Isidro Figueiredo já deu as explicações e fez o convite para a “Festa Motard” e para o “Há Festa na Aldeia”. A Senhora Vereadora Inês Lamego falou nos 500 anos do Foral Figueiredo e Bemposta e a Senhora Vereadora Gracinda Leal e acho que estamos todos de acordo, foi um momento interessante do ponto de vista cultural e do ponto de vista associativo, porque naturalmente nós

podemos ter excelentes ideias, podemos ter uma programação fantástica, mas se as associações não aderirem não atingimos os objetivos. E ali sentimos muita gente, com muita vontade, com querer, com paixão naquilo que estavam ali a fazer. Eu estive lá no dia 15 e gostei imenso e senti isso mesmo, ou seja, foram eles que construíram aquilo nos dias anteriores, cansados mas orgulhosos no que estavam a fazer. E aquela zona é uma zona espetacular, convenhamos. É uma zona fantástica. Como disse a Senhora Vereadora Inês Lamego, aquilo já algum tempo, alguns anos, esteve lá o GAT e fez uma série de projetos e de intervenções de recuperação. Naturalmente que aquilo precisa de ter mais vida e isso é um compromisso que eu próprio assumi também com o Senhor Presidente da Junta e com as associações, naturalmente, de podermos pensar em conjunto e dar mais vida aquele espaço. Sendo certo que um dos espaços, onde foram os Paços, foi gentilmente cedido a uma associação que tem feito um trabalho extraordinário sem menosprezo para nenhuma das outras, mas o espaço tem uma utilização intensa, que é o Desafio d'Arte e que faz lá um trabalho fantástico. E quem fosse ver a exposição, tinha a curiosidade de entrar nas outras salas e não há lá um espaço vazio, só não vão para o sótão porque eles ocupam as salas todas, é daquelas associações que é Carnaval de Verão, é isto, é aquilo, é Marchas, estão disponíveis para fazer tudo, é gente muito ativa. Quanto à questão do Dia do Bombeiro. Ainda bem que perguntou, nós instituímos assinalar o Dia do Bombeiro a 12 de agosto. Que é um dia trágico no nosso município, foi quando morreram três Bombeiros num acidente de viação quando iam apagar um incêndio para Nespereira, Vale Madeiros, e morreram ali em Ferreiros junto à Casa Fazenda. Só que, a exemplo até de outros municípios também estão a fazer, eu julgo que para darmos também mais dignidade ao próprio Dia do Bombeiro assinalar as comemorações de dois em dois anos, porque senão ao fim de quatro, cinco anos estamos numa rotina, com algum simbolismo com a participação das associações, com os Comandantes, com as Direções. Naturalmente que os Bombeiros merecem da nossa parte todo o apoio, eles são incedíveis, quer a corporação de Fajões, quer a corporação de Oliveira de Azeméis. Mas, julgo que para darmos mais dignidade às comemorações, julgo que podemos fazer as mesmas com mais ênfase, com mais impacto junto da população, assinalar esse momento de dois em dois anos. E, portanto, prepararemos com todo o cuidado para o próximo ano essas mesmas comemorações. Quanto à Senhora Vereadora Ana de Jesus, o loteamento de Cucujães, eu já tomei nota. Mas não sabia que havia uma queixa sobre o muro que falou, mas já sabe que se há queixa ela é encaminhada imediatamente para a fiscalização. Quanto à questão do muro de Bustelo, a Senhora Vereadora falou dos proprietários do terreno ou do muro que já dizem que são os tipos maledicentes do PS ou não sei quê, ouça, você esqueça isso, porque esse muro teve muitas reclamações e teve muitas cartas, eu recebi muitas cartas e recebi alertas da Junta de Freguesia. Foram várias as pessoas que chamaram a atenção. A Junta de Freguesia teve uma atitude prudente, dizendo que queria perceber porque é que aquilo estava a acontecer e dizia "Nós nem somos contra, nem a favor; mas, atenção, vejam lá o que é que se passa" e eu sei que está a haver desenvolvimentos sobre isso, e portanto tomei boa nota das suas preocupações e vou com o Senhor Vice-presidente para

procurar satisfazer as suas questões. Quanto a Aspock, nós estamos a falar de um investimento e isto tem muito a ver com o crescimento económico. Mas deixe-me dizer-lhe que nós estamos a falar de um investimento que vai proporcionar, nos próximos tempos, 200 postos de trabalho, o que é extraordinário. Como sabe a Aspock tem crescido, já está de um lado e do outro e o próprio crescimento da Aspock e o movimento que aquela estrada tem precisa de uma intervenção que vai ser feita a breve prazo na rede viária naquela zona. Como sabe, passa lá, como eu também, é uma zona com muito trânsito que com o estacionamento que é ali feito, neste caso com o movimento de terras que estava ali a ser feito criava ali situações muito complicadas e felizmente que não houve ali nenhum acidente grave, houve pequenos toques e até acho que nós devemos procurar resolver também aquela situação e eu já pedi aos serviços para se fazer um levantamento e podermos intervir na parte exterior. E naturalmente esperar que a Aspock, possa crescer ainda mais, possa criar mais 200 postos de trabalho, ou 100, ou 50, ou 5, porque é uma empresa que tem feito um trabalho extraordinário e tem um projeto muito interessante em competição com empresas alemãs, não deixa de ser extraordinário, para exportar para a Alemanha. Nós devemos naturalmente de estar satisfeitos. Precisamos de fazer ali alguns ajustamentos para dar qualidade àquela zona, caso contrário pode haver ali situações complicadas. Julgo que a Senhora Vereadora Gracinda Leal falou da “Bemposta Manuelina”. Não tenho assim mais nada, relativamente ao Período de Antes da Ordem do Dia. Significa que podemos passar ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias trinta e um do passado mês de julho e vinte e sete do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** *Retirado.* =====

===== **EDUCAÇÃO** =====

===== **APROVAÇÃO DE MINUTAS DE PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO COM IPSS E AGRUPAMENTOS ESCOLAS (I/64555/2014):** *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo,*

foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A imprescindibilidade da existência de serviços complementares às atividades educativas, do ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, consistindo estes serviços no apoio à implementação da Componente de apoio à família, - Que as IPSS’s integram a economia social (art.º 4º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio); - A experiência, missão, competências e capacidade já instalada nestas instituições, designadamente em termos materiais, humanos e de equipamentos e a possibilidade de, em cooperação/colaboração com o Município se proceder ao desenvolvimento das atividades complementares à ação educativa; - Que a CAF é implementada por autarquias, associações de pais, instituições particulares de solidariedade social ou por outras entidades que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas; - Que os poderes públicos, no âmbito das suas competências em matéria de políticas de incentivo à economia local, devem, designadamente: assegurar o princípio da cooperação; - Os encargos resultantes dos Protocolos estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.ºs 3921 a 3925/2014, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho: - Ao abrigo das alíneas o) e u), nº 1, art.º 33º, Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sejam aprovadas as minutas do Protocolo de Cooperação, em anexo, a celebrar com as IPSS’s e Agrupamentos Escolas, a saber: Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho/Agrupamento Escolas Soares Basto; Obra Social de S. Martinho da Gândara/Agrupamento Escolas Loureiro; Centro Social, Cultural e Recreativo de Carregosa/Agrupamento Escolas Fajões; Centro Infantil de S. Roque/Agrupamento Escolas Dr. Ferreira da Silva e Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo/Agrupamento Escolas Ferreira de Castro, que têm por objeto definir os termos e condições da cooperação institucional, com vista a proporcionar as atividades da Componente de Apoio à Família (CAF) dos alunos do Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico (1ºCEB); - Que as mesmas sejam submetidas à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE MACIEIRA DE SARNES – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, datado de 04.08.2014, o qual se passa a transcrever: “Considerando: - Os princípios instituídos como base de atuação da administração autárquica, da cooperação, da subsidiariedade e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos; - Que a Associação de Reformados de Macieira de Sarnes promove nesta época diversas atividades de natureza recreativa e social direcionadas à população em geral, mas mais concretamente à população sénior; - Que compete ao município deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, fomentando a coesão social

e a prática de uma vida ativa à terceira idade; - Os compromissos assumidos pela mesma e dadas as circunstâncias excepcionais e urgentes, não é possível reunir o órgão executivo em tempo útil; Para esta fazer face aos referidos compromissos e despesas em curso, que urge satisfazer de imediato, uma vez que o ato ratificador/autorizador só ocorrerá aquando da realização da reunião do órgão executivo, decorrendo destas circunstâncias a prioridade do pagamento antecipado; Determino: Ao abrigo do nº 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 18 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Associação de Reformados de Macieira de Sarnes, tendo em conta o reconhecido interesse público municipal das ações e atividades, nos termos do art.º 23º e als. o) e u) do nº 1 do art.º 33º, do Anexo I do referido diploma; Que o pagamento seja efetuado de imediato, correspondendo ao compromisso de fundo disponível nº 3728/2014, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (e posteriores alterações) e Decreto-Lei n.º127/2012, de 21 de junho (e posteriores alterações). Submeta-se o presente despacho a ratificação e convalidação dos atos praticados, quer da atribuição, quer dos efeitos do pagamento, ao órgão executivo, com efeitos à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados.” =====

===== ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À SOCIEDADE MUSICAL HARMONIA PINHEIRENSE (I/64627/2014): *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que foi em 18/03/2013 outorgado contrato programa, registado sob o n.º 8/2013, com a Sociedade Musical Harmonia Pinheirense e do qual consta, no n.º 1 da clausula segunda – “No âmbito do presente Contrato Programa, compete ao Primeiro Outorgante: a)Conceder uma comparticipação financeira, até ao valor de 20.000,00€ (vinte mil euros) correspondente a 10% do valor elegível; §Os restantes 10% de comparticipação financeira que decorriam deste tipo de comparticipação, terão que ser verificados os pressupostos de atribuição de acordo com a capacidade financeira do ano de 2014.” Considerando que o valor elegível da referida candidatura atingiu apenas o valor de 199.241,39 €, os 10% restantes e agora a atribuir apenas terão o valor de 19.924,14€. Dever-se-á ter ainda em consideração que deverá ser autorizado o estorno de 75,86€ relativo à compensação das despesas não realizadas. Tendo em conta que se mostram agora verificados os referidos pressupostos de atribuição; - O disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proponho: - Atribuição de um apoio financeiro à Sociedade Musical Harmonia Pinheiro, no montante de 19.924,14, a pagar 4.981,04 em Dezembro de 2014, 4.981,04 em Janeiro e Fevereiro de 2015 e 4.981,02 em Março de 2015 (Compromisso de fundo disponível n.º 3926/2014, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho). - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.”Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À BANDA DE MÚSICA DE LOUREIRO (I/64625/2014)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que foi em 18/03/2013 outorgado contrato programa, registado sob o n.º 6/2013, com a Banda de Música de Loureiro e do qual consta, no n.º 1 da clausula segunda – “No âmbito do presente Contrato Programa, compete ao Primeiro Outorgante: a) Conceder uma participação financeira, até ao valor de 12.112,08€ (doze mil cento e doze euros e oito cêntimos) correspondente a 10% do valor elegível; § Os restantes 5% de participação financeira que decorriam deste tipo de participação, terão que ser verificados os pressupostos de atribuição de acordo com a capacidade financeira do ano de 2014.” Tendo em conta que se mostram agora verificados os referidos pressupostos de atribuição; - O disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Proponho: - A atribuição de um apoio financeiro à Banda de Música de Loureiro, no montante de 6.056,04, a pagar 3.028,02 em novembro e dezembro de 2014 (Compromisso de fundo disponível n.º 3927/2014, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho).” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE LOUREIRO (I/64631/2014)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: Que foi em 18/03/2013 outorgado contrato programa, registado sob o n.º 9/2013, com a Associação Recreativa e Cultural de Loureiro e do qual consta, no n.º 1 da clausula segunda – “No âmbito do presente Contrato Programa, compete ao Primeiro Outorgante: a) Conceder uma participação financeira, até ao valor de 18.205,96€ (dezoito mil duzentos e cinco euros e noventa seis cêntimos) correspondente a 10% do valor elegível; Os restantes 10% de participação financeira que decorriam deste tipo de participação, terão que ser verificados os pressupostos de atribuição de acordo com a capacidade financeira do ano de 2014.” Tendo em conta que se mostram agora verificados os referidos pressupostos de atribuição; - O disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Proponho: - Atribuição de um apoio financeiro à Associação Recreativa de Loureiro, no montante de 18.205,96, a pagar 3.641,19 de janeiro a abril de 2015 e 3.641,20 em maio 2015 (Compromisso de fundo disponível n.º 3920/2014, conforme Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho).” - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO COLUMBÓFILA DO DISTRITO DE AVEIRO (I/64333/2014)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos livres e Desporto (alínea e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º

do Anexo I, da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro); - A missão, objetivos e atividades desenvolvidas pela Associação Columbófila do Distrito de Aveiro, designadamente na área cultural, desportiva e recreativa; - Que o desenvolvimento de atividades neste âmbito, traduz-se positivamente na formação pessoal e social, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de melhoria das instalações, permitirá promover a formação, cultura, ocupação saudável de tempos livres e promoção desta prática desportiva; Ao abrigo da alínea o) e u) do n.º1 do artigo 33º do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com as disposições legais e fundamentos acima referidos, proponho: A aprovação da minuta do Contrato Programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Associação Columbófila do distrito de Aveiro, nos termos e condições ali estabelecidas, Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 3918/2014, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM O SPORTING CLUBE DE BUSTELO (I/64667/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando:- As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local, sociocultural e de tempos livres (alíneas e) e f) m) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro); - Que a realização de projetos de carácter desportivo ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; Ao abrigo das alíneas o) e u) n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A aprovação da minuta do Contrato programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com Sporting Clube de Bustelo, nos termos e condições ali estabelecidas. Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 3928/2014, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR COM O FUTEBOL CLUBE CESARENSE (I/64669/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma

política globalizante de promoção do desenvolvimento local, sociocultural e de tempos livres (alíneas e) e f) m) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro); - Que a realização de projetos de carácter desportivo ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; Ao abrigo das alíneas o) e u) n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Proponho: A aprovação da minuta do Contrato programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com Futebol Clube Cesarense, nos termos e condições ali estabelecidas. Os encargos resultantes do Contrato estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 3929/2014, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **REVERSÃO DE PARCELA SITA NO PINHEIRO DA BEMPOSTA (I/62361/2014)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que por escritura pública de 04 de dezembro de 1961, este Município adquiriu uma parcela de terreno a destacar do prédio rústico sito no Pinheiro da Bemposta, inscrito na matriz sob o artigo 1475, destinada à construção de um lavadouro, com sete metros e cinquenta centímetros de frente para a estrada nacional e onze metros e cinquenta centímetros de profundidade, pertencente a Mário de Almeida Ferreira e esposa Maria da Conceição Xavier de Quadros Pereira de Melo Ferreira e Maria Guiomar Xavier de Quadros Pereira de Melo, em conformidade com a deliberação tomada pela Câmara Municipal de 23 de dezembro de 1961; - As condições estabelecidas na cláusula quarta da escritura “Reverterá o terreno agora vendido, aos atuais proprietários ou seus legítimos representantes no caso de os lavadouros, por falta de água ou por qualquer outra circunstância, deixarem de ser utilizados”; - Que entretanto, em 07 de agosto de 2009, foi pela proprietária Maria Guiomar Xavier de Quadros Pereira de Melo solicitada a reversão da identificada parcela (E/28853/09), nos seguintes termos: “... Como é do conhecimento público, já há mais de dez anos que o referido lavadouro não possui água e nem é utilizado. Em face do exposto, e na qualidade de proprietária solicito a V. Exa., que seja deliberada a reversão da referida parcela.”; - O teor do email datado de 29/07/2014, da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, pela qual confirma: “ o lavadouro está em adiantado estado de degradação, com muito mau aspeto; já não é utilizado para fim a que foi destinado, há mais de 12 anos e nem sequer tem água...” Proponho que a Câmara Municipal delibere: - a

reversão da identificada parcela a favor dos respetivos proprietários e/ ou herdeiros legais, nos termos e pelos fundamentos expostos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PLANEAMENTO, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTE** =====

===== **ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL/ LOUREIRO (I/64695/2014)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “A empresa Alcapur, com pavilhão industrial já construído e a laborar na zona industrial de Loureiro, veio manifestar o seu interesse em aderir à Área de Acolhimento Empresarial de Ul / Loureiro, com vista a garantir a sua capacidade de expansão, bem como de futuramente usufruir dos serviços que para lá se perspectiva. Face ao interesse manifestado e ao fato de, após auscultação da promissora detentora do lote 4, não haver oposição à proposta de alteração do loteamento da AAEUL, propõe-se a alteração do loteamento conforme planta que ficará anexa ao livro de atas. Esta alteração implica a ampliação do loteamento, por anexação do prédio da Alcapur, e a criação de um novo lote que incorpora o prédio da Alcapur e parte dos lotes 1 e 4. Nos termos do artigo 7º do regime jurídico da urbanização e edificação, proponho a aprovação da alteração ao loteamento.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA CIDADE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/64692/2014)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “1. Na sequência da deliberação da Assembleia Municipal de 27.02.2014, constante no I/98649/2013, que aprovou a delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis, e em função do trabalho já realizado neste âmbito pelas equipas multidisciplinares de planeamento e desenvolvimento estratégico (EMPDE) e de planeamento, gestão urbanística e ambiente (EMPGUA), propõe-se a ampliação da ARU conforme proposto no documento que ficará anexo ao livro de atas. 2. Com esta ampliação pretende-se o reforço da necessidade de beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva com incidência e repercussões diretas na área da ARU já aprovada. 3. Nos termos do n.º 6 do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 307/09 de 23.10, na sua redação atual conferida pela Lei n.º 32/2012 de 14.08, compete à Assembleia Municipal sob proposta da câmara municipal a aprovação da alteração da delimitação da ARU.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====**RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS EXPROPRIATIVOS DA 2.ª FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DA AAEUL (I/64734/2014)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “1. A coberto do fax 13.037.14 SM/DMAJ, de 21.08.2014, a DGAL informa o município de que deverá ser a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis a deliberar sobre todos os prédios que estejam abrangidos pelo Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro. 2. Com este enquadramento jurídico, a expropriação das parcelas de terrenos necessários à implementação da 2ª fase da AAEUL (construção de via de acesso e ETAR) resultarão de dois procedimentos desenvolvidos em paralelo: um que já foi despoletado junto da DGAL, e um segundo que carecerá da aprovação da Assembleia Municipal. 3. Para instrução do segundo, junto se anexam os documentos que deverão ser remetidos à Assembleia Municipal para aprovação da declaração de utilidade pública para fins expropriativos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====**PROPOSTA PARA A CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO PARA A RECOLHA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E ATRIBUIÇÃO DO CORRETO DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÓNICOS – REEE’S (I/59447/2014)**: Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os serviços do Município de Oliveira de Azeméis no âmbito do seu funcionamento produzem resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, designados por REEE’s; - As categorias de REEE’s são aquelas que se encontram legalmente definidas e identificadas no Anexo I do Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2010, de 17 de dezembro; - O regime geral de gestão de resíduos (Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho) prevê no artigo 5.º (princípio de responsabilidade de gestão) que a responsabilidade pela gestão dos resíduos, incluindo os custos, cabe ao produtor inicial dos resíduos; - O Decreto-Lei n.º 132/2010, de 17 de dezembro que determina, entre outras obrigações, a entrega dos REEE’s nos locais adequados para a sua recolha seletiva, por parte do último detentor; - O facto de a Autarquia já, em anos anteriores, encaminhar os seus resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos para operador licenciado, tendo que rescindir o protocolo anterior, por incumprimento da empresa; - A NATURPAIVA ser uma entidade licenciada para o exercício da atividade de recolha e tratamento de REEE’s (Resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos), através do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos n.º 01/2014/CCDR, nos termos do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, dispõe das necessárias competências técnicas, humanas e de equipamento, para a estrita observância dos procedimentos e regulamentos impostos para a atividade; - A missão, objetivos e atividades desenvolvidas pela NATURPAIVA, designadamente na área social e ambiental, propõe-se: Ao abrigo da alínea u), n.º1 do art.º 33º, do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro (e

posteriores retificações) celebrar um protocolo com a empresa NATURPAIVA com sede na Avenida da Boavista, n.º 970, 3º B, 4100-112 Porto, pessoa coletiva n.º 509 804 489, com a atividade de reciclagem, para a recolha, transporte, armazenamento e atribuição do correto destino final dos REEE's produzidos nas instalações do Município de Oliveira de Azeméis, de acordo com a proposta de protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FREGUESIAS** =====

===== **ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À UNIÃO DE FREGUESIAS DE PINHEIRO DA BEMPOSTA, TRAVANCA E PALMAZ – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente, datado de 01.08.2014, o qual se passa transcrever: "Considerando: - Que em reunião do órgão executivo de 31 de julho do ano corrente foi aprovada a minuta de contrato interadministrativo de cooperação financeira a celebrar com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, no âmbito das comemorações dos 500 anos do "Foral Figueiredo e Bemposta"; - Que pela cláusula terceira do mesmo: "O pagamento do valor referido (€ 16 000,00) será efetuado no mês de agosto do ano em curso..."; - A importância histórico-cultural das Comemorações dos Quinhentos anos da outorga do Foral ao concelho de Figueiredo e Bemposta (1514-2014); - O conjunto de ações diversificadas constantes do programa; - Que as receitas que as freguesias dispõem são insuficientes, face ao leque de atribuições e competências que lhe estão cometidas pelo novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, não lhe permitindo fazer face às necessidades atuais das populações; - A situação excecional e urgente, decorrente da proximidade temporal de compromissos e pagamentos a ocorrer ainda no mês em curso. Determino: Ao abrigo do n.º 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 18 de setembro, a atribuição da comparticipação financeira resultante da minuta de Contrato aprovada e que se proceda ao pagamento imediato do valor aí constante de € 16 000,00 (dezasseis mil euros) à União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, tendo em conta o reconhecido interesse público municipal destas ações e atividades, nos termos do art.º 23º; al. u) do n.º 1 do art.º 33º, art.º e al. j), do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I do referido diploma; Submeta-se o presente despacho a ratificação e convalidação dos atos praticados, quer da atribuição, quer dos efeitos dos pagamentos a efetuar, ao Órgão Executivo e Deliberativo, respetivamente, com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados." =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, S. TIAGO DE RIBA-UL, UL, MACINHATA DA SEIXA E MADAIL (I/64705/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio

Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições estabelecidas às Autarquias Locais; - Os princípios instituídos como base de atuação da administração autárquica no âmbito da ação social, de apoio às crianças e jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às famílias em geral; - Que a construção, ampliação ou beneficiações de equipamentos de âmbito social são cada vez mais determinantes para a melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias, e por tal de interesse público coletivo e municipal; Ao abrigo da alínea j) do n.º1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, proponho: - A aprovação da minuta de Protocolo a celebrar com a União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba- Ul, Ul; Macinhata da Seixa; Madail, em anexo, com o compromisso de fundo disponível número 3934/2014, conforme estabelece a Lei n.º8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - A autorização, e a delegação de intervenção da ex-freguesia de Ul, atualmente integrada na União de freguesias de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul; Macinhata da Seixa; Madail, tendo em vista a realização dos investimentos que decorrem da candidatura do PRODER nas Ruas 1- Beneficiação da Rua da Ponte da Igreja (Muro e fonte e requalificação dos percursos pedestres) e 2 - Requalificação da Ponte, reportando e convalidando os seus efeitos e atos entretanto praticados à data a que se refere a candidatura, ao abrigo das alíneas ee) n.º1 art.º 33.º e k) do n.º2 do art.º 25 do referido diploma. - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “BUSINESS CENTER DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL/ LOUREIRO” – RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO (I/64763/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o Relatório Final do júri do concurso público da empreitada “Business Center da Área de Acolhimento Empresarial de Ul – Loureiro” – Processo nº 006/2014/DEC, (I/64746/2014), proponho: – A exclusão das propostas apresentadas pelos seguintes concorrentes: Norcep – Construções e Empreendimentos, Lda., Construções Corte Recto, Unipessoal, Lda., Scoprolumba – Sociedade de Construções e Projectos, Lda., Edinorte – Edificações Nortendas, S.A., Ferreira - Construção, S.A., Paviageméis - Pavimentação de Azeméis, Lda., Canas – Engenharia e Construção, S.A., Costa & Carvalho, S.A. e Polisproeza – Engenharia e Construção, Lda.; – A aprovação das propostas apresentadas pelos concorrentes constantes do quadro seguinte:

Ordenação	Proposta	Valor
1.ª	Habitâmega - Construções, S.A.	€ 1.787.120,49
2.ª	Principal Prioridade, Lda.	€ 1.787.149,43
3.ª	CIP – Construção, S.A	€ 1.880.672,40

– A adjudicação da empreitada à proposta apresentada pelo concorrente Habitâmega - Construções, S.A. que é a primeira classificada da lista ordenada.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE UL” – AUTO N.º 05 TC (I/64681/2014):** Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Pascoal & Veneza, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 05 no valor de €53.625,57 (cinquenta e três mil seiscentos e vinte e cinco cêntimos e cinquenta e sete cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA-SALETTE” – AUTO N.º 10 TC (I/64684/2014):** Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “SINOP – Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas António Moreira dos Santos, S.A ”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 10 no valor de € 89.306,54 (oitenta e nove mil trezentos e seis euros e cinquenta e quatro cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO ESCOLAR DE S. ROQUE” – AUTO DE VISTORIA E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO (I/64794/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/58880/2014, proponho a aprovação do "Auto de Vistoria para Liberação da Caução" da obra "Centro Escolar de S. Roque" - Processo nº 018/2009/GTC. Dada a inexistência de defeitos na obra, proponho, ainda, que seja autorizada a liberação da caução nos termos do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDOS DE CERTIDÕES DE COMPROPIEDADE:** =====

===== **PI/4341/2014 (I/59972/2014)– FELICIDADE CARMO SANTOS ALVES,** residente na Rua do Serro, n.º 472, Ul, União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio misto sito em Serro, Ul, União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, com a área total de 1385m², a confrontar de norte com António Barbosa, de sul com Carlos Ferreira

da Silva, de nascente com caminho e de poente com estrada, inscrito na matriz urbana n.º 524 e matriz rústica n.º 960 e na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 11/19850318. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/4370/2014 (I/60368/2014) – ARMANDO ANDRADE SILVA**, residente na Rua D. Luís I, n.º 603, Porto de Carro, União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Porto de Carro, União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-UL, UL, Macinhata da Seixa e Madail, com a área de 4800m², a confrontar de norte com regato de água, de sul com Cipriano Nunes Martins e caminho, de nascente com João da Costa Bastos e de poente com caminho, inscrito na matriz rústica n.º 1048 e na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 3164/20091021. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS:** =====

===== **PI/7213/2013 – MOBISOUSA – ALTERAÇÃO/ AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO FABRIL (I/63650/2014):** Retirado para melhor análise. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – “PRESTACÃO DE SERVIÇOS PARA REPARAÇÃO DE LANÇA, BALDE E RASTOS DA CASE ESCAVADORA CK 988 POCLAIN” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, datado de 18.08.2014, o qual se passa a transcrever: “No âmbito da minha própria competência, nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com o artigo 128º, do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.): Considerando:- Que, nos termos do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços;- Que, tendo presente a RQI n.º 1102, se torna necessário proceder à reparação da lança, balde e rastos da Case Escavadora CK 988 Poclairn; - Que se trata da primeira grande reparação do material rodante da máquina, aumentando assim significativamente a vida útil da mesma; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/628/2014, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade,

designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/ IVA), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - a circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. N.º 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota N.º 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho n.º 2556/2014-SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado para a celebração do referido contrato é de EUR 13.142,28 (treze mil, cento e quarenta e dois euros e vinte e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontrando-se cabimentado na rubrica 07011002, pela Proposta de Cabimento n.º 1230; - Que a realização da próxima reunião de câmara é no dia 28 de agosto de 2014; - Que, além de ser o único equipamento deste tipo que o Município dispõe, o mesmo é essencial no apoio à proteção civil e na resposta às solicitações apresentadas pelas Juntas de Freguesia (que exigem programação e execução antes das primeiras chuvas), e que, por esse motivo, deve-se encontrar em constante operacionalidade. Perante o exposto, torna-se imprescindível proceder ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Concordo com o proposto na “Informação de Início de Procedimento” (I/63782/2014). Determino, que se proceda à contratação da necessidade apresentada na RQI n.º 1102, por ajuste direto em regime geral, tendo em conta o valor da despesa estimada já referido, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20º, do CCP e, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 1230 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1470. Determino que se proceda, conforme indicação do Serviço Requisitante, ao convite para apresentação de proposta ao seguinte prestador de serviços: Saraiva & Irmão – Travões e Embraiagem, Lda. Delego a minha competência para a realização de todas as formalidades procedimentais conducentes à realização desta despesa, na Técnica Superior, Dr.ª Elsa Félix, em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no número 2, do artigo 69º, do C.C.P, da competência para adjudicação. A proposta deverá ser analisada pelos elementos dos serviços abaixo mencionados, podendo os mesmos convidar o prestador de serviços a melhorar a sua proposta: 1º Elemento – Responsável pelo Gabinete de Contratação Pública, DR.ª ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX; 2º Elemento – Técnico Superior, ENG. LUÍS FILIPE SIMÕES AREDE; 3º Elemento – Assistente Técnica, SALOMÉ ALEXANDRA MELO NETO; 1ª Suplente – Técnica Superior, DR.ª SUSANA CRISTINA ROCHA CRUZ; 2ª

Suplente – Assistente Técnica, SANDRA RAQUEL GONÇALVES FERNANDES; 3º Suplente – Técnico Superior, ENG. ABÍLIO MANUEL RIBEIRO DA SILVA ESTRELA.” =====

===== **DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA AVALIAÇÃO DE 75 PARCELAS DE TERRENO DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL/ LOUREIRO” – RATIFICAÇÃO DE**

DESPACHO: A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, datado de 08.08.2014, o qual se passa a transcrever: “No âmbito da minha própria competência, nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com o artigo 128º, do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.): Considerando: - Que, nos termos do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 (LOE 2014), de 31 de dezembro, carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, em sede da concretização da candidatura “**OPERAÇÃO: NORTE-01-0363-FEDER-000014 - ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL/LOUREIRO**”, tornou-se necessário despoletar procedimento de utilidade pública para aquisição de 40 ha de terreno. Que, a Declaração de Utilidade Pública (DUP), com carácter de urgência, dos bens imóveis e dos direitos, foi objeto de deliberação de 29 de Abril de 2011 da Assembleia Municipal e publicada em Diário da República II Série, n.º 99, de 23 de Maio de 2011, retificada por deliberação de 30 de Dezembro de 2011 da Assembleia Municipal publicada em Diário da República, II Série, n.º 22, de 31 de Janeiro de 2012 e retificada ainda pela deliberação de 24 de Fevereiro de 2012 da Assembleia Municipal. No entanto, a candidatura prevê como projetos complementares e indispensáveis ao bom funcionamento da Área de Acolhimento Empresarial de Ul / Loureiro a execução do primeiro troço da Via do Sudoeste, bem como a implementação da ETAR. Estes projetos constituem a 2ª fase da implementação da candidatura e, para o efeito, é necessário expropriar mais 75 parcelas de terreno. Considerando que a planta cadastral é elaborada em função da informação prestada por terceiros, e que a atualização dos dados é permanente, e considerando que estamos agora na posse de planta cadastral ajustada, no que se estima ser a sua configuração final, importa, nos termos do Código das Expropriações, que a entidade expropriante apresente relatório de avaliação de cada parcela, o mais atualizado possível, elaborado por perito avaliador da lista oficial. Face ao exposto importa desde já assegurar a contratação da prestação de serviços para elaboração de relatórios de avaliação de 75 parcelas, segundo a informação atualizada entretanto recolhida, nos termos da RQI n.º 1057; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/628/2014, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita ao valor do contrato (que ultrapassa os 5.000,00€ S/ IVA), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado,

para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que à natureza e ao objeto da aquisição de serviços se verifica a inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, conforme informação prestada pelo INA (I/56031/2014); - Que o valor estimado para a celebração do referido contrato é de EUR 21.036,59 (vinte e um mil e trinta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontrando-se cabimentado na rubrica 070101, pela Proposta de Cabimento n.º 1214; - Que a realização da próxima reunião de câmara é no dia 28 de agosto de 2014; - Que, tendo por base o exposto e por se tratar de empreendimento ao abrigo de uma candidatura em curso, cujas obras serão determinantes para o bom desempenho ambiental da Área de Acolhimento Empresarial de Ul / Loureiro, torna-se imprescindível proceder ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Concordo com o proposto na “Informação de Início de Procedimento” (I/62939/2014). Determino, que se proceda à contratação da necessidade apresentada na RQI n.º 1057, por ajuste direto em regime geral, tendo em conta o valor da despesa estimada já referido, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20º, do CCP e, por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 1214 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1516. Determino que se proceda, conforme indicação do Serviço Requisitante, ao convite para apresentação de proposta ao seguinte prestador de serviços: CCPRAFE – Projectos, Fiscalização e Avaliação de Obras de Engenharia, Unipessoal, Lda. Delego a minha competência para a realização de todas as formalidades procedimentais conducentes à realização desta despesa, na Técnica Superior, Dr.ª Elsa Félix, em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no número 2, do artigo 69º, do C.C.P, da competência para adjudicação. A proposta deverá ser analisada pelos elementos dos serviços abaixo mencionados, podendo os mesmos convidar o prestador de serviços a melhorar a sua proposta: 1º Elemento – Responsável pelo Gabinete de Contratação Pública, DR.ª ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX; 2º Elemento – Chefe da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, ARQ.ª ANA FILOMENA FARINHAS SILVEIRA CARVALHO; 3º Elemento – Chefe da Equipa Multidisciplinar 3º grau, ENG.ª TERESA MARGARIDA AGUIAR MELO ALMEIDA; 1ª Suplente – Assistente Técnica, SANDRA RAQUEL GONÇALVES FERNANDES; 2ª Suplente – Técnica Superior, ARQ.ª SÍLVIA ISABEL GOMES PEREIRA; 3ª Suplente – Técnico Superior, ENG. VASCO ALEXANDRE RESENDE AMORIM.” =====

===== **PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REVISÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS EM IVA COM REFERÊNCIA AO ANO 2013 (I/64653/2014):** Retirado para melhor análise. =====

===== **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MERCADO LIBERALIZADO – ADJUDICAÇÃO (I/63945/2014):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Presente o Relatório Preliminar de 18 de agosto de 2014, do júri do procedimento, relativo ao Ajuste Direto em Regime Geral para “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, NO MERCADO LIBERALIZADO” – Processo n.º 29/14, e com base no nele expreso proponho: a) A adjudicação, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), do Concurso Público mencionado em epígrafe, ao concorrente EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., pelos valores unitários constantes na sua proposta, para o período de vigência de 12 (doze) meses, não podendo, conforme previsto na Cláusula 4ª, do Caderno de Encargos, a execução do contrato ultrapassar o valor base do presente concurso, ou seja, de EUR 1.475.609,76 (um milhão, quatrocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e nove euros e setenta e seis cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; b) Que se proceda ao compromisso; c) Que se proceda à dispensa da audiência prévia do concorrente ao abrigo da alínea b), do n.º 2, do artigo 103º, do Código do Procedimento Administrativo por a decisão ser favorável ao único concorrente admitido a concurso; d) A solicitação, nos termos do exigido no n.º 2, do artigo 77.º, do C.C.P., dos documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1, 4 e 5 do artigo 81.º, devendo os mesmos ser apresentados, para o e-mail compras@cm-oaz.pt, num prazo de 5 (cinco) dias; e) A solicitação da caução, nos termos do exigido no n.º 2, do artigo 77º, do CCP, e de acordo com o ponto 12, do Programa de Concurso, no montante global de EUR 73.780,49 (setenta e três mil, setecentos e oitenta euros e quarenta e nove cêntimos) devendo a mesma ser apresentada para o e-mail compras@cm-oaz.pt, num prazo de 10 (dez) dias; f) A celebração de contrato escrito por, conforme o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 95º, do CCP, o preço contratual para este serviço exceder o montante de EUR 10.000,00 (dez mil euros) e ainda por não estarem reunidas outras condições que permitam a sua dispensa; g) A publicitação, nos termos do artigo 78.º, do C.C.P., da celebração do contrato no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); h) Que se notifique o concorrente. Junta-se para conhecimento e anuência, a proposta e o Relatório Preliminar, encontrando-se os restantes elementos apensos ao processo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro. =====

===== **A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963.** =====

=====
E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 11h e 45m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====